

O FUTURO JÁ COMEÇOU

O eSocial vai mais além do que apenas a prestação de informações on line. É a cultura organizacional da empresa e em especial o modo de se fazer Segurança e Saúde no Trabalho que terá de ser repensado

Reportagem de Raira Cardoso

Com a proposta de unificar a prestação das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, o eSocial chegou em 2014 com uma proposta bastante robusta.

Enquanto algumas empresas já começaram a prestar atenção na novidade e a estruturar uma nova maneira de trabalhar e prestar informações ao fisco, outras, não deram muita importância ao assunto.

Talvez até torcendo para que o novo formato 'não vingasse'. Mas, apesar de alguns adiamentos e ajustes, o sistema está funcionando e, inclusive, aumenta seu alcance este mês para todas as empresas do país, sejam elas micros, pequenas, médias ou grandes.

Nestes primeiros seis meses já foi possível observar alguns problemas, o que era esperado devido à magnitude do projeto.

Porém, para muitos, o grande desafio ainda está por vir, com o início da obrigatoriedade do envio dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho.

Mas com ele, também vem a esperança de um futuro em que as empresas tenham uma estrutura mais eficaz voltada à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Um balanço sobre o primeiro semestre de eSocial, tanto na visão do Governo quanto das empresas e consultores, mostra que o futuro já começou.

Em breve deve-se começar o envio das informações relacionadas à área prevencionista, o que vai exigir um empenho ainda maior das empresas para se adequarem.

Especialmente com a recente atualização publicada no portal do eSocial que altera os eventos de SST por meio da Nota de Documentação Evolutiva – NDE nº 01.

A nova era finalmente chegou. Após alguns adiamentos, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373 em dezembro de 2014, está funcionando desde janeiro deste ano.

Desde então, como parte do primeiro grupo, os empregadores e contribuintes com faturamento acima de 78 milhões de reais têm enviado informações ao Governo de forma faseada, representando pouco mais de 12 mil empresas e 13 milhões de trabalhadores.

A quantidade de informações prestadas ao sistema aumenta substancialmente agora em julho, visto que começa a obrigatoriedade de prestação do segundo grupo, composto por todas as demais empresas do país, independente do seu porte, que somam mais de 10 milhões de estabelecimentos e 30 milhões de trabalhadores.

Sem contar o grupo 3, formado pelos órgãos públicos, que começa a utilizar o eSocial somente no ano que vem.

Por enquanto está sendo exigido apenas informações relativas à organização, dados dos trabalhadores e folha de pagamento das empresas.

Mas o eSocial ainda conta com os eventos de Segurança e Saúde no Trabalho, que passam a ser obrigatórios em janeiro de 2019 para os grupos 1 e 2.

Neles, as empresas terão que prestar informações sobre os riscos de trabalho a que cada colaborador está exposto, sejam eles físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou mecânicos.

E mais do que isso, também será preciso informar quais os equipamentos de proteção utilizados pelos trabalhadores, além dos planos e ações desenvolvidos para a mitigação dos riscos entre outras informações.

Mesmo para os estabelecimentos que investem em prevenção e possuem uma gestão da segurança e saúde, a demanda é grande, exigindo o desenvolvimento de novos fluxos de trabalho, direcionamento de responsabilidades e aquisição de sistemas adequados para a prestação das informações.

Imagina então para as empresas acostumadas à cultura dos documentos 'de gaveta', cuja gestão se resume apenas a papéis guardados para caso haja a visita do auditor fiscal. Será que já está tudo pronto para essa 'nova era'?

DEMANDA ALTA

De acordo com o coordenador do Grupo de Trabalho do eSocial, José Alberto Maia, a grandeza do projeto e seu impacto nas empresas sempre foi reconhecido pelo Governo.

Por isso optou-se por fazer a implantação do sistema por grupos e etapas. Até agora, o Grupo 1 já prestou informações quanto à sua estrutura organizacional, sobre a movimentação dos seus trabalhadores, admissões, afastamentos, retornos, desligamentos, etc., e folha de pagamento.

Na quarta fase, que começa esse mês, será feita a substituição da GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social).

"Com relação às duas primeiras fases de implantação neste grupo, mais de 90% das empresas conseguiram cumprir suas obrigações nos prazos determinados pelo cronograma oficial.

Já em relação à terceira fase, elas têm tido um pouco mais de dificuldade, mas como ela ainda está em andamento, esperamos que os números melhorem gradualmente.

O importante é que todas as empresas consigam enviar o eSocial e que ninguém fique de fora", pontua. Como nesta primeira etapa está se trabalhando com um número bastante reduzido de empresas em relação ao todo, ele relata que o fisco tem entrado em contato diretamente com os representantes daquelas que estão com mais dificuldades.

Pelo que tem acompanhado, a advogada e diretora da Intersystem Serviços em RH e da DTMSEG (Segurança do Trabalho e Medicina Ocupacional), Nilza Machado, os integrantes do primeiro grupo vêm superando os obstáculos e fazendo os envios, mesmo que tenham perdido prazos, principalmente devido às novas versões da documentação técnica que continuam sendo publicadas.

“Outro agravante é o Governo não oferecer um serviço telefônico para tirar dúvidas, o que gera um grande congestionamento nas linhas das empresas desenvolvedoras de softwares e consultorias.

Profissionais estressados exigem que elas resolvam problemas e ameaçam cancelamentos de contratos e processos. Empresas desenvolvedoras de sistemas de RH e colegas do departamento pessoal estenderam seus expedientes e estão trabalhando nos finais de semana para darem conta da demanda”, diz.

Segundo ela, essa situação deve se agravar a partir de agora. Isso porque, pelo menos em tese, as empresas de maior porte têm mais condições de atender ao eSocial, por terem departamentos mais estruturados e informatizados, que conseguem acompanhar as constantes atualizações da documentação técnica.

Diferente das empresas de menor porte, em tese, menos estruturadas.

PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Com o total de sete unidades no Estado de Minas Gerais e cerca de 3.500 funcionários, a Cedro é uma das empresas que adotou o eSocial para o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias desde janeiro.

Mas conforme a gerente de Desenvolvimento Humano Organizacional, Paula Pizzani, esse processo começou bem antes, ainda em 2015. Na época, a empresa têxtil contratou os serviços de uma unidade de consultoria de negócios para realizar um diagnóstico em que foram mapeados os processos das áreas relacionadas ao eSocial, como RH, Contabilidade, Departamento Pessoal, Medicina e Segurança do Trabalho e Jurídico.

Em seguida, organizou o comitê do eSocial e todas as mudanças que precederam o envio dos dados. “Nessa primeira fase de envio, nada da nossa base de dados teve erro, o que foi uma vitória. No entanto, tivemos vários entraves em relação ao sistema que utilizamos para o envio das informações.

Por exemplo, tivemos problemas com o relatório de afastamento do trabalhador (evento S-2230). Ocorreu que, mesmo que o funcionário tivesse pegado vários atestados de um ou dois dias no mês, o sistema contava somente a data de saída do primeiro e a data de volta do último como um período só”, relata.

O trabalho manual intenso causou a extensão do horário de trabalho da equipe de departamento pessoal em alguns momentos. Em uma ocasião, foi necessário fazer a consulta um a um de todos os funcionários da Cedro no Portal do eSocial para garantir a qualidade das informações.

Desafios estes que foram vividos por todas as empresas que utilizam o mesmo software para envio dos arquivos.

Com um cenário diferente, a Sodexo é outra empresa que faz parte desse primeiro grupo. Os cerca de 35 mil colaboradores da marca atuam em mais de duas mil unidades em todo o país, prestando serviços de alimentação e facilities.

Essa organização diferenciada da empresa oferece ainda mais desafios para o processo de implantação do eSocial, que para a Sodexo se iniciou já em 2014. Além de requerer que todos os departamentos fossem envolvidos no envio de informações, a empresa contou com o apoio da consultoria que é responsável pela documentação relacionada à Segurança e Saúde no Trabalho. “Nosso caminho foi longo para estruturar uma rede entre o credenciado, a Sodexo, o fornecedor

e todos os sistemas envolvidos. Então tivemos que nos organizar em uma estratégia bastante complexa, por isso foi bom que tenhamos começado cedo. Nossos resultados até agora são ótimos”, pontua Lorena de Fátima Formiga Al-Hakim, coordenadora de Medicina do Trabalho e gerente do projeto do eSocial para SST na empresa. Segundo ela, a Sodexo já começará internamente, neste mês, a fase de testes dos eventos de segurança e saúde.

INTEGRAÇÃO

Uma das exigências para que o eSocial seja implantado com sucesso nas empresas é a integração entre as áreas envolvidas. O que nem sempre é a realidade encontrada.

O desconhecimento sobre a área de SST pelos demais setores também é um complicador. “Outra grande dificuldade é com relação à integração entre as próprias áreas de saúde e segurança.

Ainda temos muitos tabus a serem quebrados, o fato de muitas empresas terem hierarquia nestas áreas faz com que ocorra um distanciamento dos processos e uma falta de sintonia, algo muito negativo para a prevenção de acidentes, de doenças ocupacionais, de formação de cultura prevencionista e, por consequência, de um modelo integrado de gestão”, pontua o engenheiro de Segurança do Trabalho Eduardo Milaneli.

Para o diretor da Milaneli Consultoria Empresarial, é preciso entender que as atividades de SESMT serão transformadas com o eSocial, uma vez que não será mais possível se trabalhar sem um sistema de gestão integrado e informativo.

A previsão oficial do Governo é que até outubro seja liberado o ambiente de testes com os leiautes dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho. Desse modo, as empresas terão a oportunidade de testar suas soluções de sistema antes de ativá-las.

“Esta oportunidade, realmente, não deve ser desperdiçada pela empresa, sobretudo nesta fase de implantação”, afirma Maia.

Segundo o coordenador do Grupo de Trabalho do eSocial, não foi possível disponibilizar este ambiente com maior antecedência porque os leiautes ainda estão sendo discutidos com as empresas e têm evoluído nos últimos meses.

Para as empresas que ainda não começaram a se preparar para a prestação das informações de segurança e saúde, Nilza enfatiza que ainda dá tempo, mas que muito trabalho e investimento será necessário para essa implantação em tempo recorde. “O importante é aproveitar esse pouco tempo que ainda resta para estudar o que está sendo requerido”, orienta.

Nota alterou leiautes

Mudanças divulgadas em maio exigem readequação das informações

Uma recente publicação deixou todos em alerta. A NDE (Nota de Documentação Evolutiva) nº 01/2018, trouxe consideráveis mudanças nos eventos de SST, implicando na necessidade de alterações nos processos das empresas que já haviam se organizado e, possivelmente, dificultando o trabalho daquelas que ainda estão dando os primeiros passos.

Publicada em 30 de maio no Portal do eSocial, a Nota de Documentação Evolutiva nº 01 disponibilizou alterações de leiautes, tabelas e regras de validação dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho, os quais devem ser transmitidos a partir de janeiro de 2019.

Conforme o engenheiro de Segurança do Trabalho e membro do GT Confederativo e Subgrupo de SST do eSocial, Rogério Balbinot, essas mudanças foram feitas somente pelos representantes do Governo sem consulta aos representantes das empresas e entidades participantes do grupo.

Por este motivo, esses membros estão se reunindo para avaliá-las e levar suas conclusões e sugestões de melhorias. "Ainda assim, confesso que a publicação desta NDE não deixou de ser um avanço em relação ao leiaute em vigor.

Porém, existem problemas sérios e ajustes serão necessários. Da forma como está hoje, os profissionais que não dominarem a área de SST poderão ser induzidos a erros quando se depararem com tabelas como a 23 (Fatores de Riscos do Meio Ambiente do Trabalho) e 28 (Atividades Perigosas, Insalubres e/ou Especiais), enviando informações equivocadas que poderão comprometer as empresas", avalia.

Pontuando que, após essas alterações, o Governo deveria aumentar o prazo para a prestação das informações dos eventos relativos à SST, o engenheiro de Segurança do Trabalho Eduardo Milaneli destaca a integração das questões de periculosidade, insalubridade e aposentadoria especial ao evento S-2240 como um 'erro clássico' e que é necessário separar o que é legislação previdenciária do que é trabalhista.

"O fato de uma atividade ser insalubre não significa que o trabalhador terá direito à aposentadoria especial, por exemplo. Enquanto que a aposentadoria especial está alinhada ao Decreto 3.048/1999, o adicional usa como critério a NR 15.

Acredito que integrar as tabelas pode confundir a cabeça dos profissionais, visto que hoje muitos já não têm o entendimento correto sobre o assunto", alerta Milaneli.

Outra mudança precipitada na opinião do diretor da Milaneli Consultoria Empresarial foi a inclusão da Tabela 30 (Programas, Planos e Documentos). "Antes estávamos trabalhando com basicamente quatro ou cinco normas, e agora estamos falando de dar informação sobre o cumprimento das NRs 2 a 36, chega a ser meio absurdo", critica.

Embora o eSocial não traga nenhuma obrigação nova, o especialista explica que, na prática, as empresas não possuem todas as Normas Regulamentadoras implantadas, principalmente as de menor porte.

Para deixar essa tabela ainda mais completa, Balbinot acredita que ainda deveriam constar o nome e o CPF do profissional responsável pelo programa, assim como a possibilidade de ele consultar e conferir onde seu nome está citado.

SISTEMAS

Além de exigir mudanças nos processos e fluxos definidos pelas empresas para produção das informações que serão reportadas no eSocial, as alterações determinadas pela NDE nº 01 também exigirão ajustes nos sistemas adotados pelas empresas para tal.

Milaneli considera que será uma demanda grande para as fornecedoras de softwares, que não terão o mesmo tempo que levaram para o desenvolvimento do projeto; terão somente seis meses: até janeiro.

Para o diretor da Nexo CS Informá-tica, Ricardo Donner, o esforço é o de complementar o que já está pronto. Mas isto, no caso dos softwares especializados em Segurança e Saúde no Trabalho, que já possuem, por exemplo, o módulo para controle de treinamentos de Segurança do Trabalho conforme a NR 9.

“O que acontece com as empresas que não são especializadas? Elas vão disponibilizar uma digitação de dados, convertendo o profissional de SST apenas em uma figura que informe os dados manualmente ou importando-os a partir de uma planilha Excel.

Se houvesse um sistema de gestão de SST implementado, as informações sairiam automaticamente para serem reportadas ao eSocial”, explica. O desafio, segundo ele, é fazer as atualizações com a rapidez necessária devido aos curtos prazos dados pelo Governo.

O conteúdo completo da NDE nº 01/2018 pode ser conferido em arquivos disponíveis para download no Portal do eSocial (<http://portal.esocial.gov.br/>). Veja no quadro da página anterior as modificações mais importantes relacionadas à SST.

Hora de se organizar

Empresas devem montar comitê com representantes de todas as áreas

Dinamismo e integração. Esses são termos muito utilizados quando se fala no eSocial e sua proposta de padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas.

Mas, além de aprimorar a qualidade dos dados comunicados, o sistema de escrituração digital também oferece a oportunidade para melhorias ou até mesmo para implantação de um sistema de gestão de Segurança e Saúde do Trabalho nas organizações.

Para José Alberto Maia, coordenador de Trabalho do eSocial, a queda no número de acidentes laborais deve ser uma consequência do projeto. Nilza Machado, advogada e diretora da Intersystem Serviços em RH e da DTMSEG – Segurança do Trabalho e Medicina Ocupacional, também percebe o ganho do setor prevencionista, afirmando que haverá um trabalho mais efetivo na proteção do trabalhador e nas melhorias dos ambientes laborais.

Considerando um marco na história das relações entre empregado e empregador, o engenheiro de Segurança do Trabalho, Rogério Balbinot, cita ainda a economia que será gerada nas empresas. “Com uma maior atenção à prevenção, não se arcará com gastos desnecessários ‘apagando incêndios’ que poderiam não ter ocorrido.

Ambientes mais salubres e trabalhadores mais saudáveis terão como consequência menos taxas de absenteísmo e mais produtividade”, avalia. Porém, tudo isso só ocorrerá se o eSocial for implantado de forma efetiva.

IMPLANTAÇÃO

Para que isso seja possível, Maia reforça a necessidade de envolvimento de todas as áreas da empresa, visto que o eSocial é um projeto multidisciplinar. “Recomendamos primeiramente que as empresas criem um grupo específico para a implantação do eSocial e que nele estejam representantes de todos os setores envolvidos.

Em seguida, estas pessoas devem estudar e conhecer profundamente o tema. Para isso, recomendamos fortemente a leitura atenta dos manuais e de todas as informações disponibilizadas no portal do eSocial”, orienta. Outra forma de adquirir conhecimento, segundo ele, é procurar experiências de outras empresas que já estejam em fase mais avançada de efetivação.

Os membros dessa equipe precisarão se reunir e unificar suas informações, segundo Balbinot, entendendo seus processos e se esses estão ‘conversando entre si’. “Ou seja, deverá existir uma

revisão do modo de trabalho da empresa e, se necessário, correção. Isso tanto em práticas quanto em equipamentos, ambientes e funções, passando ainda pelos métodos de coleta, conferência e inserção de dados de SST nos sistemas e em seu envio ao eSocial”, explica.

Especificamente na área de segurança e saúde, o membro do GT Confederativo e Subgrupo de SST do eSocial pontua que a preparação terá de incluir um ‘pente fino’ sobre as práticas da empresa, a fim de verificar se todas estão em conformidade com as exigências das legislações trabalhista e previdenciária.

As informações prestadas em dissonância certamente acenderão um alerta para o fisco de que alguma coisa está errada. “Exemplo bem claro desta necessidade de paridade entre os dados constantes nos eventos de folha com os de SST são as informações relativas ao pagamento de adicionais de insalubridade ou periculosidade.

Eles poderão ser cruzados no fisco e, estando em divergência, gerar um passivo tributário desnecessário para a empresa”, relembra Maia.

Somente as organizações com alto nível de conhecimento e comprometimento da equipe evitarão que a empresa seja penalizada por informações enviadas sem a devida análise.

CONSULTORIA

Algumas entidades setoriais têm se disponibilizado a colaborar com o processo de implantação do novo sistema de escrituração digital, como é o caso da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná).

Conforme a gerente executiva de segurança e saúde, Rosângela Fricke, a consultoria é estruturada especialmente para que as empresas garantam o atendimento ao eSocial nos eventos relacionados à Segurança e Saúde no Trabalho.

“Ela permite que o estabelecimento implemente um processo de gestão de SST e garanta a qualidade bem como o cumprimento dos prazos para o envio das informações. Para participar, as empresas devem identificar a unidade do Sesi mais próxima”, informa. Até o momento ela comenta que os resultados têm sido positivos, o que é corroborado pela gerente de Recursos Humanos da Caemmun, Ana Claudia de Lima, uma das participantes do projeto.

A empresa moveleira que faz parte do primeiro grupo e começou a prestar informações em janeiro aproveitou a parceria para fazer melhorias em sua gestão de SST. “Criamos um comitê interno em 2017 com equipe de profissionais multidisciplinares e estamos implementando as ações necessárias.

Neste momento, todas as etapas do eSocial são desafiadoras e os eventos não periódicos apresentam um nível maior de dificuldade, mas também deixam a gestão de segurança e saúde mais dinâmica e interativa”, ressalta.

O mais indicado é que haja pelo menos dois representantes de cada área no comitê do eSocial. Nilza salienta que o titular de SST no grupo deve abandonar suas demais atividades, se dedicando somente aos estudos e definições daquilo que a obrigação exige, pelo menos nesse primeiro momento. “O perfil ideal a ser considerado pela empresa nesta escolha com foco em redução de riscos na prestação de informações, é um funcionário com formação em Segurança do Trabalho e Legislação Previdenciária e experiência com indicadores de SST”, afirma a consultora, acrescentando a vivência no relacionamento com prestadores de serviços e com softwares de segurança e saúde.

PAPEL DO PREVENICIONISTA

Conforme ressalta o presidente da Fenatest (Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho), Hildemar Nina de Jesus, o eSocial altera significativamente a rotina dos integrantes do SES-MT.

Para ele, mais do que profissionais preparados para prestar as informações no sistema de maneira correta, as empresas também precisam garantir a qualidade destes dados.

“O prevenicionista deve agir de forma técnica, se pautando pela legislação vigente, pensando na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. O laudo que ele emitir tem que ter veracidade, idoneidade, recolhimento de RT.

Se a empresa vai querer dar aquela informação ao Governo, isso é o empregador quem decidirá”, pondera o engenheiro de Segurança do Trabalho Eduardo Milaneli.

Para Nilza Machado, antes de pensar em esconder alguma situação, as empresas precisam entender que o Governo já sabe tudo sobre os estabelecimentos por meio da declaração das CNAEs, dos adocimentos que tais atividades causam (NTEP), FAP, compras de produtos químicos, etc. Sendo que a multa por omissão, incorreção ou inexatidão de informações é muito maior do que a cobrada por não se cumprir o prazo de envio de arquivos ao eSocial (R\$ 1.500 contra 3% do faturamento da empresa).

“Os profissionais de SST têm grande responsabilidade nas mãos. A identificação do engenheiro (CREA) e do médico (CRM) são requeridas no eSocial porque a documentação que subsidia as informações é responsabilidade deles, mas antes vem a responsabilidade do dono do CNPJ.

Em caso de autuações do Governo é o empregador quem responde”, explica a advogada. Para responsabilizar um dos profissionais de SST, o empregador terá que mover ação judicial de regresso e provar que não foi alertado pelo prevenicionista quanto aos dados enviados ao eSocial.

A diretora de legislação da Anamt, Rosylane Rocha, reforça que o papel do médico do Trabalho enquanto gestor de SST é trabalhar pela proteção integral à saúde do trabalhador.

Enfatiza ainda que, embora todas as informações alusivas às condições de trabalho e riscos devam ser registradas no sistema, os resultados de exames não poderão ser disponibilizados para se preservar o sigilo médico.

Apenas permitindo-se a exceção nos casos de acidentes de trabalho. “As preocupações dos médicos devem ser manter 100% dos exames ocupacionais em dia; preencher a parte médica e obedecer ao prazo para registro da CAT; e fazer a vigilância epidemiológica a partir do monitoramento biológico”, complementa a também conselheira do CFM e Secretária Nacional do ICOH.

Afirmando que os engenheiros de Segurança do Trabalho são vitais para o sucesso da implantação do eSocial, a diretora técnica da Anest, Elizabeth Spengler Cox de Moura Leite, afirma que os especialistas precisam do apoio da empresa para exercer com competência a gestão de SST, elaborando planos, projetos e programas de forma ampla e sistematizada.

“É importante que os trabalhadores façam parte destas modificações para resultar efetivamente em melhores condições de trabalho. E que os engenheiros de segurança exerçam efetivamente sua profissão para que a saúde dos colaboradores e sua integridade física não seja prejudicada”, ratifica.

Desta forma, conforme a engenheira de segurança, o eSocial será mais do que o mero preenchimento de campos em documento eletrônico.

SOFTWARES

As empresas também terão que investir em sistemas que as auxiliem no envio das informações ao eSocial. Reafirmando a necessidade de que as organizações possuam softwares especializados em Segurança e Saúde no Trabalho, Ricardo Donner, diretor da Nexo CS Informática, fala sobre um mito que surgiu na época em que o eSocial foi instituído por meio de decreto.

“Muitas empresas afirmavam que os eventos que o Governo pedia tinham que constar em apenas um único sistema, o que acabou criando obstáculos para a entrada de empresas especializadas.

Mas essa última atualização que veio com a NDE nº 01/2018 deixa claro o esforço de se separar os eventos de folha e os de SST”, declara. Segundo ele, empresas de software mais genérico têm mais dificuldade em acompanhar as alterações, o que dificulta o processo dos prevenicionistas.

“Mas estes, muitas vezes, se veem em uma situação difícil porque o empregador comprou um sistema geral, que acaba não atendendo o que ele precisa do ponto de vista da especialização”, comenta.

Milaneli enxerga como erro os softwares que se preocupam apenas em mandar informação. “Isso é muito complexo, porque se você tem apenas um depósito de dados, mas todo o modelo de gestão não estiver dentro do contexto, vai ficar mais complicado para a empresa ter um controle.

Elas têm que se preocupar em informar o que realmente está acontecendo naquele momento, levando em consideração a dinamicidade da área de SST”, pondera.

No cenário atual, especificamente na área de SST, Balbinot relata que é comum encontrar softwares de ERP e folha que tentam atender à gestão de SST, mas como eles têm como propósito servir como um centro de custo e de pessoas, tendem a falhar na gestão mais específica e detalhada das atividades exercidas e dos riscos relacionados.

“Alguns ainda se propõem a customizar sua solução para atender aos seus clientes, só que isso nem sempre é a melhor solução, pois uma vez customizado pelo cliente, este software está apto a atender as solicitações dele e não os diferentes critérios estabelecidos nas legislações.

Desta forma, a melhor solução para a empresa é o uso concomitante de softwares especializados, conforme as regras de cada área, somando as expertises e garantindo um gerenciamento com o melhor que cada um oferece”, opina.

Também existe a possibilidade de as prestadoras de serviços em SST enviarem os arquivos ao eSocial por meio de sistemas próprios. Mas nesses casos, conforme Nilza, o desafio será a sincronidade mensal das informações. “Ou seja, os dados cadastrais dos trabalhadores que constarem no sistema de folha de pagamento terão que aparecer também no sistema de SST.

Por exemplo, se o empregador alterar o cargo de um trabalhador, essa informação terá que chegar na consultoria de segurança e saúde em tempo real para que seja avaliado o impacto na parte de SST”, explica.

EXPECTATIVAS

Além de contribuir para uma melhor gestão de Segurança e Saúde no Trabalho nas empresas, também se espera que o eSocial fomente o mercado para os profissionais da área.

“Vai abrir um campo gigante, principalmente para as consultorias, porque alguém vai precisar fazer os planos e projetos de SST solicitados na nova Tabela 30”, observa Milaneli.

Elizabeth pontua também que o sistema de escrituração digital facilitará a fiscalização dos ambientes de trabalho, possibilitando a prestação dos dados das organizações e dos trabalhadores de forma mais concentrada, atualizada e segura, com a possibilidade de cruzamentos e análises a distância.

Mais do que mudanças na rotina das empresas, Balbinot espera que o eSocial impulse a cultura da prevenção e gere uma competitividade mais justa entre os empregadores que respeitam a legislações e os que, até agora, deixavam de cumpri-la.

Também apontando este como mais um ponto positivo do eSocial, Paula Pizzani, gerente de Desenvolvimento Humano Organizacional da Cedro, espera que os estabelecimentos se abram para trocar informações e experiências.

Sugere ainda que as sociedades de classe criem grupos, de acordo com o ramo de atividade, para tratar essa novidade de uma maneira menos traumática. Lorena de Fátima Formiga Al-Hakim, coordenadora de Medicina do Trabalho e gerente do projeto do eSocial para SST na Sodexo on-site Brasil, diz estar ansiosa para o início da prestação de dados referentes à SST.

“Como se fôssemos um chefe de cozinha, como muitos que temos na Sodexo, estamos testando uma receita nova e espero que ela cresça e fique muito bonita”, almeja.

Estes dois anos, segundo Maia, são considerados o período de implantação do eSocial, um projeto que ainda é embrionário e poderá crescer muito. Quem sabe até migrando outras obrigações acessórias existentes hoje.

“Costumo comparar o eSocial a uma estrada, pela qual irão passar diversos tipos de veículos. Estamos apenas pavimentando esta estrada e definindo os primeiros veículos que irão por ela trafegar.

As possibilidades futuras de expansão são imensas e sabemos que o novo sistema se tornará um modelo padrão de prestação de informações ao fisco”, avalia.

Expectativas à parte, não há dúvidas de que o eSocial veio para ficar.

Para as empresas que já começaram a se preparar com antecedência, o momento é de ajustes finais. Já para as que deixaram para a última hora, começa a corrida contra o tempo para que todas as informações de Segurança e Saúde no Trabalho estejam em dia até janeiro de 2019.

FONTE REVISTA PROTEÇÃO